



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
BRASÍLIA/DF, 26 DE OUTUBRO DE 2004

ATA DA V REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEA –26 DE OUTUBRO DE 2004.

Às onze horas e quinze minutos do dia vinte e seis de outubro do ano de dois mil e quatro, no Salão Leste do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/no, Brasília/DF, por convocação do Sr. Presidente, Francisco Menezes, foi realizada a III Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da República, constituído através da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, em seu Artigo 1º, parágrafo 1º, inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº 4.582, de 30 de Janeiro de 2003. **PRESENTES:** - Registrou-se a presença dos membros representantes da Sociedade Civil: Altemir Tortelli; Ana Lúcia Pereira; Ana Maria Petronetto Serpa; Ana Maria Salles Placidino; André Roberto Spitz; Ariovaldo Ramos dos Santos; Azelene Inácio Kaingang; Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite; Carlos Roberto Faccina; Cleisa Brasil da Cunha Cartaxo; Danilo Miranda; Delzi Maria de Araújo Castro; Dulce Terezinha Oliveira Cunha; Edmar Guariento Gadelha; Elza Maria Franco Braga; Francisco Menezes; Jorge Luiz Numa Abrahão; José Ribamar Araújo e Silva; Malaquias Batista Filho; Maria Emília Pacheco; Naidison Quintella Baptista; Matias Martinho Lenz; Rolf Schunemann; Werner Fuchs; Regina da Silva Miranda; Renato S. Maluf; Romário Rosseto; Sônia Lucia Lucena Souza de Andrade; Suely Nazaré de Oliveira Linhares; Ubiraci Dantas de Oliveira; Walter Belik; Zilda Arns.- Registrou-se a presença dos membros representantes do Governo Federal: Frei Betto – Assessoria Especial do Presidente da República; Ministro Miguel Rossetto, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário - MDA; Ministra Nilcéia Freire, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; Ministro Patrus Ananias, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Ministro Olívio Dutra, Ministério das Cidades; Ministro Ciro Gomes, Ministério da Integração Social - MI; Ministra Marina da Silva, Ministério do Meio Ambiente - MMA. Registrou-se a presença dos representantes dos Ministros no CONSEA: Albaneide Peixinho, Ministério da Educação - MEC; Carla Márcia Parisi Checchia, Assessoria Especial da PR; Arnoldo Anacleto Campos, MDA; Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG; Jones de Oliveira Carvalho, Ministério do Desenvolvimento Econômico e Social; Cezer Luiz Cerutti, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; Luiz Tadeu Rigo, Assessor Especial da Secretaria Geral; Sérgio Bueno, Ministério das Cidades; Roberto Vizentin, MMA. Registrou-se a presença dos membros observadores: Nildes de Oliveira Andrade, Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição; Hildo Rocha, Confederação Nacional dos Municípios; Cristina Neves, Confederação Nacional dos Municípios; José Tubino, FAO; Selvino Heck, Talher Nacional. Registrou-se a presença dos seguintes convidados e assessores: Adriana Aranha, MDS; Ana Patrícia de Ramos Barros, MDS; André Teixeira,

47 SENARC/MDS; Anelise Rizzolo, MS; Anna Pijnappel, MDA; Carla Dozzi, Talher
48 Nacional; Carlos G.^a Mielitz Netto; Cláudia Barreto; Crispim Moreira, MDS;
49 Guilherme Delgado, IPEA; Laura Fernandes, Assessoria de Comunicação -
50 ASCOM/CONSEA; Lana Magaly Pires, MCT; Aloisio Melo, CONSEA.
51 **AUSENTES:** Registrou-se a ausência dos seguintes representantes da
52 Sociedade Civil: Alberto Ercílio Broch (Ausência Justificada); Elido Bonomo;
53 Leila Lúcia Cecílio Braga; Luiz Marinho (Ausência Justificada); Maria Regina
54 Nabuco (Ausência Justificada); Márcio Lopes Freitas; Marcos César Simarelli
55 Winter; Silvio Caccia Bava. Registrou-se a ausência dos seguintes membros
56 governamentais permanentes: Ministro Jacques Wagner – Secretaria de
57 Desenvolvimento Econômico e Social; Ministro Nilmário Miranda, Secretaria de
58 Direitos Humanos; Ministra Matilde Ribeiro, Secretaria Especial de Políticas de
59 Promoção da Igualdade Racial; Ministro Tarso Genro, Ministério da Educação;
60 Ministro Antonio Palocci, Ministério da Fazenda; Ministro Guido Mantega,
61 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministro Humberto Costa,
62 Ministério da Saúde; Ministro Ricardo Berzoini, Ministério do Trabalho e
63 Emprego. **PAUTA:** I - Aprovação da Ata da última reunião Aprovação da pauta
64 - 11:00 às 11:15; II – Informes - 11:15 às 11:30; III – Bolsa Família – Ministro
65 Patrus Ananias – 11:30 –12:15; IV – Encontros Regionais – de 12:15 - 12:30;
66 V – Pronunciamento do Exmo Sr. Presidente da república – 14:00 – 15:20; VI –
67 Agenda Internacional – 15:25 – 17:00; VII – Encaminhamentos das CTs, GTs, e
68 CPs – 17:00-17:30; VIII – Encerramento – 17:30. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** 1.
69 Francisco Menezes, Presidente do CONSEA; 2. Aloisio Melo, Secretaria do
70 CONSEA. **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS:** O Senhor Francisco
71 Menezes iniciou os trabalhos às 11h15, saudando a todos os conselheiros e
72 comentando os assuntos propostos e colocando a pauta para apreciação do
73 plenário do CONSEA; esta foi aprovada. Registrou-se a chegada do Senhor
74 Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS,
75 que tomou assento à mesa diretora dos trabalhos. O Senhor, Francisco
76 Menezes, Presidente do CONSEA, apresentou alguns informes, dentre eles o
77 relatório de atividades da presidência do CONSEA, dando conta das ações
78 promovidas desde a plenária de agosto; o Conselho tomou conhecimento. O
79 Senhor Presidente informou ainda que foi feita a entrega de minuta de decreto
80 que estabelece competência para fixação de preços e produtos do Programa
81 de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA e que a mesma se
82 encontra ainda em análise na Sub-Chefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil.
83 Em segundo lugar, o Senhor Presidente, Francisco Menezes informou que,
84 quanto à proposta de que o IPEA realizasse avaliação de concepção e
85 implementação do PAA, com vistas à fornecer elementos para uma apreciação
86 e posterior resolução do CONSEA, que o assunto já foi contemplado e em
87 breve as informações solicitadas deverão chegar ao CONSEA. E um terceiro
88 informe foi apresentado pelo Presidente Francisco Menezes, dando conta de
89 que a Exposição de Motivos que solicitava consideração aos pleitos do
90 CONSEA na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias de 2005 foi
91 parcialmente contemplada, segundo informação emitida pelo Ministério do
92 Planejamento, Orçamento e Gestão. E um último informe foi dado a respeito de
93 solicitação de manifestação do Presidente da República sobre rumores de
94 desvinculação do salário mínimo dos benefícios da previdência e assistência
95 social, dando conta de que ainda não foi dada resposta a esta solicitação do
96 CONSEA. O Senhor Presidente, Francisco Menezes, comunicou aos Senhores

Conselheiros que o Conselheiro Plínio de Arruda Sampaio apresentou o seu pedido de desligamento do CONSEA, motivado pela tomada de posicionamentos pessoais que, no entender do Conselheiro Plínio, ferem o preceito de confiança que deve haver entre um conselheiro e o Presidente da República. O Presidente Francisco apresentou moção de agradecimento ao Conselheiro Plínio de Arruda; aprovada pelo CONSEA. Passou-se a palavra ao conselheiro André Spitz, que apresentou informe sobre a sua participação em evento de inauguração de cisternas no semi-árido, representando o CONSEA. E apresentou, ainda, proposta de criação de um grupo de trabalho que, ao fim, proporia a suplementação de recursos para construção de um milhão de cisternas em cinco anos, seguindo o modelo da Articulação do semi-Árido - ASA. O Senhor Francisco Menezes apresentou encaminhamento do assunto para a Comissão Permanente do Semi-Árido e consultou a casa sobre a proposta de dispor mais recursos para cisternas; foi aprovada pelo CONSEA. Passou-se a palavra ao Senhor Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, para apresentação do ponto 3 da pauta – Programa Bolsa Família. O Ministro consignou em sua exposição que estão sendo atendidas atualmente cerca de 2 milhões e 300 mil famílias, com base na Lei Orgânica de Assistência Social e no Estatuto do Idoso, entre idosos e portadores de deficiência que recebem até um quarto do salário mínimo. O Ministro afirmou que o Bolsa Família é o carro chefe das ações de combate à fome do Governo Federal e que o Programa vai além de uma política nutricional, pois é um esforço para impedir a desintegração da família e garantir a integração da família e a sua não extinção como tal. O Ministro informou ainda que o Programa Bolsa Família surgiu da unificação de quatro programas anteriores: Vale Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Cartão Alimentação. E consignou que, com a unificação, estabeleceu-se uma média de pagamento de R\$ 50,00 para famílias carentes, definindo-se um teto máximo de R\$ 90,00, com benefício médio em torno de R\$ 73,00. O Ministro declarou ainda que, para o ano de 2005, a meta a ser alcançada é de 8 milhões e 700 mil famílias atendidas. O Ministro declarou que o Governo não implementa suas políticas sem passar pelos municípios, pois não há como operar ou implementar obras ou qualquer outra coisa sem a anuência da prefeitura. Portanto, informou que estão sendo intensificados os instrumentos de controle com os Comitês Gestores, com a Caixa Econômica, Ministério Público Federal, Ministério Público dos Estados, além de parceria com a Pastoral da Criança e, assim, promoção de uma maior participação de controle social por parte da sociedade civil. Ao final de sua palavra, o Ministro Patrus homenageou o conselheiro Plínio Arruda Sampaio, lamentando a sua saída do rol de conselheiros do CONSEA, enaltecendo as qualidades pessoais e morais do conselheiro demissionário. O Senhor Presidente, Francisco Menezes, concedeu a palavra ao plenário para discussão do assunto, limitando as intervenções a cinco oportunidades. Passou-se a palavra ao conselheiro Carlos Faccina, que afirmou que a missão do CONSEA deve ser a de estudar formas objetivas de atuação e de influência na sociedade, objetivando desfazer a idéia de que eventuais falhas no sistema invalidam a existência, essência e importância do Programa Bolsa família, idéia esta propagada de forma maliciosa pela mídia. Em seguida, o Conselheiro Danilo Miranda consignou que, desde o princípio do Governo, há uma certa confusão entre o espírito de solidariedade religioso e a política pública, sendo necessário e prioritário a

147 busca de um caráter republicano de compromisso com o ser humano, com a
148 educação, com a melhoria do país e desenvolvimento de todos e menos com
149 uma ênfase de busca do Estado por colaboração, solidariedade, filantropia, etc.
150 E consignou, ainda, entender que o Disque-Doações do Programa Fome Zero
151 vai contra o verdadeiro espírito republicano e que depõe contra o próprio
152 programa. Passou-se a palavra ao conselheiro Ariovaldo Ramos, que
153 considerou, a respeito do Bolsa Família, que o controle social deve ser
154 realizado pelos Comitês Gestores, pois enquanto estiver a cargo das
155 Prefeituras os problemas de corrupção vão se multiplicar. Asseverou ainda o
156 Conselheiro Ariovaldo que, no Cartão Alimentação, o Governo era responsável
157 pelas questões estruturantes, já no Bolsa Família a responsabilidade
158 estruturante passou para ser da própria família; sendo assim, argumentou o
159 conselheiro, a questão do controle ficará comprometida, pois as famílias não
160 encontrarão condições de atender as condicionalidades, pois não tem acesso
161 às ações estruturantes, o que obrigará, no fim, a um afrouxamento da
162 fiscalização. O Conselheiro Ubiraci Dantas de Oliveira propugnou que o
163 CONSEA nacional promova uma maior integração dos CONSEAs municipais,
164 Comitês Gestores e Comitês do Fome Zero, no sentido de que promovam
165 maior fiscalização e controle social para que o Programa Bolsa Família alcance
166 o seu real objetivo, que é fazer chegar o alimento às famílias carentes. O
167 observador Flávio Valente declarou que não só o Bolsa Família, mas o
168 conjunto da política nacional de segurança alimentar deve ser efetivamente
169 baseado em direitos humanos, o que implica obrigações do Estado, e que tais
170 obrigações devem ser claras. E afirmou a necessidade de maior difusão do
171 papel dos Municípios como provedores de serviços públicos no Bolsa Família,
172 ao invés de se colocar contrapartidas como obrigação das famílias. O
173 observador consignou registro em favor dos povos indígenas e quilombolas,
174 propondo que houvesse uma adequação do Programa ao modelo familiar
175 desses grupos. O Presidente Francisco Menezes passou a palavra ao Ministro
176 Patrus Ananias, para réplica aos conselheiros. O Ministro Patrus afirmou que
177 foi um grande erro sustentar-se a idéia de que o desenvolvimento por si só
178 gera uma sociedade justa, pois o Brasil foi, talvez, um dos países que mais
179 cresceu economicamente, sem entretanto garantir a sustentabilidade social ao
180 nosso desenvolvimento; argumentou, assim, que o desenvolvimento
181 econômico deve estar vinculado sempre ao desenvolvimento social por razões
182 éticas, morais, de direitos e de justiça social, como também por razões práticas
183 relativas ao aspecto do acesso dos carentes ao consumo, aquecendo as
184 economias locais. O Ministro consignou que o Ministério está envidando
185 esforços por fazer cumprir as exigências da lei que instituiu o Programa Bolsa
186 Família, texto normativo que estabelece que o poder público, em todos os
187 níveis, tem o dever de assegurar os serviços, assim como determina que as
188 famílias cuidem para que o filho vá a escola sob pena da perda do pátrio poder.
189 O Ministro informou concordar com a colocação do conselheiro Danilo Miranda,
190 pois entende que o direito humano à alimentação não pode ficar dependendo
191 de doações e da boa vontade das pessoas, mas deve ser a construção de
192 políticas sociais bem fundamentadas. Informou o empenho do Ministério em
193 buscar parcerias que possibilitem ações estruturantes que promovam o
194 desenvolvimento sustentável. E reiterou a palavra do conselheiro Ubiraci
195 Dantas acerca da criação dos CONSEAs municipais. O Ministro reafirmou ao
196 conselheiro Ariovaldo Ramos o empenho do Ministério em trabalhar a questão

do atendimento aos indígenas, quilombolas, catadores, moradores de rua, que são grupos com características próprias de organização. Consignou ainda que as ações mais recentes do Ministério, no sentido de promover parcerias objetivando geração de trabalho e renda, a exemplo da recente parceria com a Pastoral da Criança, visando o desenvolvimento local e regional, são repercussões dessa preocupação do Governo de atender e cuidar das pessoas. O Ministro encerrou sua participação colocando-se à disposição dos conselheiros e aberto, juntamente com sua equipe, para acolher as críticas que visem o aperfeiçoamento do Programa, enaltecendo a participação dos diversos setores e segmentos da sociedade nesse processo. O Presidente do CONSEA, Francisco Menezes, agradeceu ao Ministro e consignou, em nome do CONSEA, que o momento vivido é de uma real disputa no sentido de se continuar ousando em fazer algo novo no país, em favor dos mais necessitados, ou acomodar-se ao favorecimento dos interesses de uma elite privilegiada. E reiterou o compromisso do CONSEA de estar ao lado dos menos favorecidos e na defesa e aperfeiçoamento do programa Bolsa Família. O presidente do CONSEA apresentou proposta de inversão de pauta do item referente aos Encontros Regionais, para que o mesmo seja tratado ao final da reunião; aprovado pelo CONSEA. O Senhor Francisco Menezes suspendeu os trabalhos do CONSEA para o almoço às 12h47. **PERÍODO DA TARDE:** O Senhor Francisco Menezes, Presidente do CONSEA, chamou à ordem o plenário do CONSEA às 14h15, retomando o desenvolvimento dos trabalhos. Passou a palavra à Conselheira Ana Lúcia para apresentação de informe da Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras, sobre a realização de evento comemorativo alusivo ao dia mundial da alimentação. O evento foi realizado na cidade de Cachoeira, a 160km da cidade de Salvador. A conselheira Ana Lúcia apresentou imagens do evento, informando a distribuição de 38 toneladas de feijão para 8 mil e 200 famílias da região metropolitana de Salvador e interior da Bahia. A conselheira Ana Lúcia registrou ao plenário a situação precária daquela comunidade, sem energia elétrica, sem atendimento hospitalar emergencial, sem transporte, à margem da sociedade pelo descaso das autoridades, contudo, lembrada sempre em tempos de eleição. A Conselheira registrou a entrega à Ministra Matilde e ao Presidente do CONSEA, Francisco Menezes, de uma carta da Comunidade de Cachoeira-BA, a ser encaminhada ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O Senhor Francisco Menezes, em seguida, anunciou a exibição do filme “Josué de Castro, por um mundo sem fome”, produzido pela Fundação Banco do Brasil. Após a exibição do filme, convidou o senhor Jacques Pena, Presidente da Fundação Banco do Brasil, a tomar assento à mesa diretora dos trabalhos e fazer uso da palavra comentando o filme referido. O Senhor Jacques Pena consignou que o filme é uma produção da Fundação banco do Brasil em parceira com a Petrobrás e Centro Josué de Castro, que terá como destino a exibição em cinco mil escolas da rede pública, assim como a distribuição de material correlato em cerca de dezoito mil escolas. Informou ainda que uma exposição da obra de Josué de Castro estará percorrendo cerca de 800 cidades do território nacional. O Senhor Francisco Menezes agradeceu a prestimosa participação do Presidente da Fundação Banco do Brasil e solicitou ao plenário uma pequena pausa dos trabalhos para os preparativos da participação do Presidente da República na Reunião do CONSEA. Ato contínuo, iniciou-se o ponto de pauta relativo à Agenda

247 Internacional de Combate à Fome do Governo Brasileiro, tendo como primeiro
248 ato a cerimônia de entrega das medalhas de prata da Aliança Internacional
249 Contra a Fome. Essa comenda é oferecida àqueles que contribuem na
250 formulação e execução da política nacional de segurança alimentar e
251 nutricional. A entrega foi feita pelo representante da Organização das Nações
252 Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), Senhor José Tubino, às
253 seguintes autoridades: 1. Senhor Francisco Menezes, Presidente do CONSEA;
254 2. Senhor Luiz Dulci, Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da
255 República; 3. Senhor Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento
256 Social e Combate à Fome; 4. Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações
257 Exteriores. O Senhor José Tubino entregou a medalha de ouro alusiva ao Dia
258 Mundial da Alimentação / Aliança Internacional Contra a Fome ao Senhor Luiz
259 Inácio Lula da Silva, Presidente da República. Em tempo, o Senhor José
260 Tubino consignou pronunciamento, ressaltando que as medalhas
261 comemorativas da Aliança Internacional de Combate à Fome indicam o
262 reconhecimento da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e
263 Alimentação para com as iniciativas do Governo do Presidente Lula e da
264 sociedade civil brasileira na luta contra a fome no Brasil e no mundo. O
265 representante da FAO enfatizou a liderança mundial exercida pelo Presidente
266 Lula, que tem gerado uma dinâmica catalisadora em nível internacional,
267 fortalecendo a Aliança Internacional de Combate à Fome. Em seguida, passou-
268 se ao pronunciamento das Câmaras Temáticas relativo à Agenda Internacional.
269 Iniciou-se com a conselheira Maria Emília Pacheco, coordenadora da Câmara
270 Temática I - Produção e Abastecimento. A conselheira consignou o
271 reconhecimento da importância e cumprimentou o Presidente da República
272 pela iniciativa de incluir o combate à pobreza e a fome na agenda dos chefes
273 de estado do mundo, estimulando a comunidade internacional a explorar fontes
274 inovadoras de financiamento para o desenvolvimento social, conforme
275 pronunciamento na reunião de setembro último, realizada em Nova Iorque com
276 a presença de mais de 60 chefes de estado e de Ministros de relações
277 exteriores de outros tantos países. Registrou também o reconhecimento da
278 incorporação, de forma inédita, do tema da agricultura familiar no debate das
279 negociações internacionais, com consultas aos setores sociais envolvidos.
280 Apresentou, a seguir, sugestão de que o Governo Brasileiro amplie o foco de
281 sua intervenção de âmbito internacional, de modo a englobar questões de
282 segurança alimentar e nutricional, entre elas: 1) reafirmação do princípio da
283 soberania alimentar, que atribui aos povos o direito de decidir soberanamente
284 sobre o que e como produzir e consumir os alimentos que integram os hábitos
285 de seu povo; 2) intensificação da Cooperação Sul/Sul no campo da segurança
286 alimentar nutricional, englobando não apenas os aspectos econômicos e
287 sociais como principalmente a cooperação técnica e o intercâmbio de
288 experiências, entre as quais se destaca a própria experiência brasileira de
289 constituição de CONSEAs e de formulação de políticas de segurança alimentar
290 e nutricional nos diversos níveis de governo; 3) revisão dos programas de
291 ajuda alimentar, principalmente no que se refere aos seus impactos sobre os
292 pequenos produtores de alimentos e sobre o perfil de consumo dos países
293 receptores, bem como no sentido de criar condições para que os produtos a
294 serem doados sejam adquiridos de pequenos e médios produtores dos países
295 do sul, fortalecendo as recentes negociações que o Brasil já vem realizando
296 junto ao programa mundial de alimentação; 4) recomendação de que o

297 Governo brasileiro manifeste seu compromisso em adotar as diretrizes
298 voluntárias para o direito à alimentação, das quais já é signatário; e 5)
299 recomendação de que a água seja tratada como alimento essencial e, como
300 tal, elemento da soberania alimentar, conforme deliberação da Segunda
301 Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A conselheira
302 Maria Emília acrescenta ainda a recomendação de que, no âmbito das políticas
303 domésticas, essas políticas incentivem os produtos de importância nos hábitos
304 alimentares da maioria da população brasileira e os produtos regionais de alto
305 valor nutricional, ao mesmo tempo em que sejam reconhecidas as demais
306 funções não-produtivas desempenhadas pela agricultura familiar, nos campos
307 ambiental e cultural e também de preservação da agrobiodiversidade. Dessa
308 forma, consigna a posição de que as atividades que, no Brasil ou no mundo,
309 protejam os recursos naturais e a agrobiodiversidade, não devem ser avaliadas
310 igualmente e por critérios estritos de mercado. A conselheira Maria Emília
311 reconhece que o apoio diferenciado à agricultura familiar e agroextrativismo
312 vem avançando em nosso país, embora ainda restem aspectos a solucionar
313 como, por exemplo, alguns componentes do Programa de Aquisição de
314 Alimentos. Continuando a apresentar o posicionamento da Câmara Temática
315 1, a conselheira Maria Emília registrou que a centralidade da política de
316 exportação baseada no modelo da grande produção, o chamado agronegócio,
317 tem impactos negativos na formulação de uma política de segurança alimentar,
318 destacando-se os impactos socioambientais. Sugere, diante disso, o
319 fortalecimento da agricultura família, do agroextrativismo, da reforma agrária, e
320 das políticas de geração de emprego e renda. A conselheira Maria Emília
321 reafirmou a recomendação da Segunda Conferência Nacional de Segurança
322 Alimentar e Nutricional, relativa à proibição da produção e comercialização dos
323 alimentos transgênicos, respeitando o princípio de precaução estabelecido no
324 protocolo de Cartagena, do qual o Brasil é signatário. Em seguida, registrou a
325 preocupação quanto à demanda de parceiros comerciais do Brasil de que seja
326 facilitado o acesso à terra e à água em nosso país, recomendando que as
327 várias negociações internacionais em curso, de natureza multilateral ou
328 regional, relativas aos diversos temas - comércio, serviço, investimento,
329 propriedade intelectual - expressem a proteção às políticas sociais e
330 ambientais. A conselheira Maria Emília considera ainda que as negociações
331 em curso relativas ao Mercosul e à União Européia demonstraram a
332 importância de que o CONSEA avalie as perspectivas destas, em especial no
333 que se refere à preservar componentes centrais de uma estratégia de
334 segurança alimentar e nutricional, com destaque para a agricultura familiar e o
335 agroextrativismo. A conselheira consignou ainda registro de que, no aspecto da
336 produção e comércio agroalimentar, é uma atribuição do CONSEA pronunciar-
337 se sobre os produtos considerados de importância fundamental para a
338 segurança alimentar nacional, e por extensão para o futuro da agricultura
339 familiar no país. Em função disso, recomenda que o Governo avalie os critérios
340 que fazem com que, por exemplo, nas negociações Mercosul e União
341 Européia, entre os produtos caracterizados como sensíveis, estejam bens
342 supérfluos, cosméticos e desinfetantes, enquanto que cabem ofertas de
343 redução de tarifas para o leite e derivados, chegando à desgravação total em
344 alguns tipos de lácteos. A conselheira Maria Emília ressaltou ainda a
345 preocupação com relação a ofertas do Governo brasileiro em negociações com
346 a União Européia, relativas a compras governamentais, serviços, propriedade

347 intelectual e investimentos, incluindo-se dentre estes o acesso à terra e à água,
348 uma vez que o Brasil é consignatário da convenção da biodiversidade e,
349 estando entre os países de megabiodiversidade do planeta, deve assegurar o
350 cumprimento desta convenção. Solicita ainda, em função disso, que o Governo
351 inicie por trazer ao conhecimento do CONSEA a proposta de regulamentação
352 do acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais a ele
353 associados, recomendando, inclusive, que o Brasil tenha uma posição de
354 liderança na defesa e adoção de um sistema internacional de proteção jurídica
355 dos conhecimentos tradicionais, distinto dos regimes de proteção dos direitos
356 de propriedade intelectual. Passou-se a palavra à Conselheira Sônia Lucena,
357 coordenadora da Câmara Temática de Saúde e Nutrição, que fez
358 pronunciamento em nome dessa instância, iniciando por registrar o grande
359 interesse pelas iniciativas lideradas pelo Brasil no combate à fome e à miséria
360 no plano internacional, as quais se combinam com outras iniciativas no campo
361 da saúde e nutrição. A conselheira Sônia Lucena lembrou que o Brasil
362 assumiu, junto às Nações Unidas, alguns compromissos em relação às metas
363 de nutrição, a serem cumpridas através do Ministério da Saúde, relativas ao
364 controle da hipovitaminose A, da anemia ferropriva, e do bócio endêmico, à
365 redução do baixo peso ao nascer e da redução da desnutrição, a promoção do
366 aleitamento materno e a garantia de segurança alimentar e nutricional em nível
367 familiar. Acrescentou os outros compromissos assumidos com organismos
368 internacionais no sentido de estabelecer estratégias para promoção de uma
369 alimentação saudável, preocupação justificada pela mudança no perfil
370 epidemiológico e nutricional da população. O aparecimento de enfermidades
371 ligada à alimentação e nutrição, considerou a conselheira, poderá comprometer
372 sobremaneira a saúde da população brasileira, de forma que, caso ações de
373 promoção e proteção não sejam tomadas com urgência, num futuro próximo
374 estarão consideravelmente comprometidos os recursos destinado ao setor
375 saúde. A conselheira Sônia Lucena consignou ainda registro da prioridade, na
376 agenda do Governo, para a nutrição, sendo que, nesse tema, o Ministério da
377 Saúde desempenha um papel fundamental no controle epidemiológico, sempre
378 em articulação com outros Ministérios, considerando a importância das ações
379 intersetoriais para atingir as metas. Acrescentou que a Vigilância Alimentar e
380 Nutricional é uma atividade específica do Ministério da Saúde, cabendo a este
381 responder, através dos seus indicadores, quais têm sido os avanços das
382 políticas instituídas para enfrentar o problema da fome. A conselheira
383 considerou ainda que, no entanto, a área de nutrição no Brasil não tem
384 conseguido avanços esperados, o que ressalta o papel crucial da Câmara
385 Temática de Saúde e Nutrição do CONSEA e do Ministério da Saúde, na
386 perspectiva de avançar numa Política de Segurança Alimentar e Nutricional.
387 Ato contínuo, passou-se a palavra à Conselheira Ana Placidino, que registrou
388 pronunciamento em nome da Câmara Temática de Programas para Grupos
389 Populacionais Específicos. A Conselheira Ana Placidino iniciou
390 cumprimentando as autoridades presentes e registrando o compromisso dessa
391 instância com as populações indígenas, quilombolas, de acampados e de
392 catadores de material reciclável, e afirmando que a garantia ao direito humano
393 à alimentação passa, de forma incondicional, pela efetiva demarcação e
394 homologação dos territórios tradicionais dos povos indígenas e quilombolas,
395 como espaços de moradia e produção. Destacou em seguida o significativo
396 avanço em relação à alimentação escolar, quando o atual Governo Federal,

397 após dez anos sem reajuste, aumentou em 15% o valor *per capita* repassado,
398 reconhecendo inclusive o direito das crianças de 0 a 3 anos, bem como
399 diferenciando o valor *per capita* para as comunidades indígenas. Para dar
400 continuidade a esse avanço, a Comissão Permanente aconselhou que as
401 escolas quilombolas e de acampados passem a receber o mesmo *per capita*
402 destinado às escolas indígenas, reforçando a diretriz de compra direta do
403 pequeno produtor como garantia do desenvolvimento local e sustentável.
404 Concluindo, a Conselheira Ana Placidino transmite ao Senhor Presidente da
405 República a felicidade que as comunidades religiosas de matriz africana e as
406 comunidades quilombolas estão sentindo, por serem inseridas como
407 protagonistas nas ações de segurança alimentar e nutricional, graças às suas
408 organizações e à sua capilaridade junto aos mais pobres, destacando a
409 participação destas nas ações da Semana Mundial de Alimentação, relatadas
410 anteriormente pela Conselheira Ana Lúcia. A Conselheira Ana Placidino
411 ressaltou o empenho da Fundação Cultural Palmares na certificação das terras
412 quilombolas e o reconhecimento pelo esforço, visibilidade e o profundo
413 compromisso do Presidente Lula em relação a essas comunidades, o que
414 deve ser efetivamente seguido por todos os Ministérios, a fim de minimizar os
415 efeitos de séculos de exclusão e efetivar as políticas de inclusão social. A
416 Conselheira Ana Placidino concluiu seu pronunciamento transmitindo as
417 palavras de uma líder quilombola ao Presidente Lula, transcritas a seguir:
418 *“Negros tão difíceis na casa do seu senhor. Sofria, vivendo, morrendo, sendo*
419 *pobre trabalhador. Brancos, pobres, negociador, olha para os negros mais com*
420 *amor. Senzala para lá e engenhos para cá, nunca se tiver amor na hora dos*
421 *negros trabalhar. União, negros! Sigam aqueles que tem amor e um pouco de*
422 *sabedoria. A sabedoria vem do alto. Só Jesus nos ama com amor e alegria.*
423 *Grito para lá e grito para cá, saudando ao pai Ogum, ao pai Oxossi, a Zaiabás,*
424 *ao pai Oxalá, a todas as nações Nagô, pois só agora Deus nos enviou o*
425 *Presidente Lula como o nosso defensor. Chegando no trono, logo nos*
426 *preparou, os quilombolas tem o seu valor. Não foi à toa, Presidente, que Deus*
427 *ouviu nosso clamor. Os orixás nos ajudaram botando Lula aonde ele chegou”*.
428 A Conselheira Ana Placidino entregou ao Presidente da República o poema e a
429 carta das comunidades quilombolas, juntamente com algumas fotos do evento
430 citado, afirmando que, através dele, o Brasil está se tornando um país para
431 todos. Em seguida, o Presidente do CONSEA, Francisco Menezes, proferiu
432 pronunciamento, iniciando por cumprimentar as autoridades e os demais
433 presentes e afirmando ser aquele um momento bastante especial para o
434 CONSEA, em função da presença do Presidente da República, do Ministro
435 Luiz Dulci, do Ministro Celso Amorim, além do Ministro Patrus Ananias, sempre
436 presente no Conselho. Informou que o convite ao Presidente da República teve
437 por objetivo fazer o encerramento das comemorações relativas ao Dia Mundial
438 da Alimentação, cuja abertura, feita no dia 7 de outubro, contou com a
439 presença Diretor Geral da FAO, Senhor Jacques Diouf. O Presidente do
440 CONSEA informou ainda que o tema principal da reunião é a Agenda
441 Internacional, ratificando a posição, manifestada anteriormente ao Presidente
442 da República, de profundo interesse para o CONSEA quanto às iniciativas do
443 Presidente no plano internacional, bem como o desejo de que o Conselho
444 participe do debate necessário para a construção das propostas brasileiras nas
445 negociações internacionais, em particular naquelas com impacto para a
446 segurança alimentar e nutricional. O Presidente Francisco Menezes relatou sua

participação na delegação brasileira que participou do Comitê Mundial de Segurança Alimentar da FAO, em Roma, onde pôde constatar a grande expectativa de representantes oficiais dos países presentes sobre a reunião de chefes de estado que se realizava naquele mesmo momento em Nova Iorque. Informou ainda a constatação de que a experiência aqui realizada despertava enorme interesse, sobretudo enquanto uma manifestação do país quanto à melhor forma de se construir as condições para a paz no mundo. O Presidente do CONSEA informou que a delegação brasileira teve influência decisiva sobre duas propostas lá aprovadas, relativas às diretrizes voluntárias para o direito humano à alimentação e à participação da sociedade civil nas próximas reuniões do Comitê. O Presidente do CONSEA informou que, nessa mesma reunião, o Brasil se tornou signatário da Aliança Mundial contra a Fome. Após a reunião, o Presidente do CONSEA participou da campanha chamada *Alimenterre*, na França, quando mais uma vez percebeu a expectativa que o Brasil despertou também naquele país e o quanto a liderança do Presidente Lula hoje inspira esperança e disposição para inverter a atual agenda de guerra, propondo a luta contra a fome e a miséria como melhor caminho para a paz. Concluindo, o Presidente Francisco Menezes considerou que, nesse contexto, aumenta a responsabilidade do CONSEA, e reafirmou a disposição do Conselho de contribuir para o sucesso das iniciativas do Presidente Lula e do Governo Brasileiro, tendo em vista que a construção das condições de segurança alimentar e nutricional e o combate incessante à fome não são uma questão exclusiva do Brasil, mas uma questão que se coloca para todo mundo. Dando seguimento à atividade, passou-se a palavra ao Senhor Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando as autoridades, conselheiros e demais presentes e abordando a campanha mundial do combate à fome, relatando que os esforços do Presidente Lula tiveram início logo no início do seu mandato, em Porto Alegre, depois em Davos, Evian e mais tarde em Genebra, indo mais recentemente às Nações Unidas. O Ministro consignou que, desde o início desse apostolado em favor da eliminação da fome no mundo, o Presidente conseguiu uma coisa que nos deixa orgulhosos e que é verdadeiramente extraordinária, que é mudar a agenda internacional. O Ministro Celso Amorim considerou que muitos conceitos da política externa brasileira são permanentes, porque o Estado brasileiro não muda, ou muda pouco, e que a principal mudança não está nas posições em relação a um ou outro tema, mas na capacidade de alterar a própria agenda internacional, o que representou uma marca já indelével da ação do Presidente Lula. O Ministro ressaltou que essas colocações, feitas, na presença do próprio Presidente, não são fruto de um natural pendor para adulação normalmente atribuída aos diplomatas, mas da constatação de ser algo inédito a mudança provocada pelo Presidente Lula na agenda internacional, mesmo considerando que este Governo já havia tomado posições corajosas antes, como na Guerra no Iraque, ou na criação do - G-20 na Organização Mundial do Comércio – OMC.- O Ministro Celso Amorim considerou a campanha internacional do combate à fome como o símbolo maior desse fato, pois, além dos seus méritos intrínsecos, ou seja, acabar com a fome no mundo, a campanha tem a importância de substituir o tema da guerra como principal na agenda internacional, fazendo até entender o problema da guerra e da insegurança através da ótica social ou através da ótica da fome, o que tem reflexos em

497 muitos outros campos. Fazendo referência ao pronunciamento da Conselheira
498 Maria Emília, o Ministro citou novos instrumentos para a cooperação Sul/Sul
499 na área da segurança alimentar, como , o grupo dos 3 países composto por
500 Brasil, Índia e África do Sul, o qual é um começo para um programa
501 efetivamente conjunto de combate à fome, que permita a troca de experiências
502 e a ajuda àqueles que são mais pobres do que nós, como Guiné Bissau, o Haiti
503 ou Angola, porque a solidariedade é um bem mais comum entre os pobres do
504 que entre os ricos. O Ministro ressaltou ainda que a cooperação entre os 3
505 países contribuiu para a criação do G20, uma vez que a credibilidade que o
506 Brasil ganhou na sua luta pelo combate à fome e pobreza permitiu demonstrar
507 que a luta pelo fim dos subsídios agrícolas não visava apenas beneficiar o
508 grande agro-negócio, mas também o pequeno produtor desses países que é
509 atingido pelos subsídios, ou seja, conseguiu-se, pela primeira vez na história da
510 diplomacia comercial, juntar dois que pareciam antagônicos, a liberalização
511 comercial e a justiça social. O Ministro Celso ressaltou a mobilização única
512 para a reunião em Nova Iorque, com participação efetiva de 60 chefes de
513 estado e mais de 110 países, talvez 115, assinando a declaração, cujos termos
514 estes não puderam negociar, o que evidenciou a liderança brasileira
515 efetivamente imbuída de princípios éticos, resultado de uma política
516 internacional voltada não apenas para obter vantagens ou ganhar posições
517 melhores para o país, mas para a solidariedade. Exemplo disso, segundo o
518 Ministro, é a ajuda ao Haiti, motivada pela opinião de que o Haiti não pode ser
519 o filho rejeitado da América Latina, dadas as semelhanças culturais, étnicas e
520 sociais. O Ministro Celso Amorim registrou ainda que, com relação às tarefas
521 futuras do combate à fome, o papel do CONSEA é fundamental, tendo em vista
522 a perspectiva de assinatura de uma Resolução a ser aprovada pela Assembleia
523 geral da ONU, atuando no reconhecimento desse esforço, no apoio à
524 campanha e na mobilização social para obtenção de metas específicas, para o
525 quê as ações da sociedade civil são substituíveis, em complemento à ação
526 dos governos. Referindo-se ainda às preocupações expressas pela
527 Conselheira Maria Emília, o Ministro informou compartilhar destas, ressaltando
528 que esse governo foi o primeiro que se dedicou a ouvir intensamente os
529 sindicatos, sociedade civil, além dos políticos, outros Ministros ou a classe
530 empresarial, tendo como exemplo a inclusão, pela primeira vez, de um
531 membro de uma ONG na delegação brasileira a Cancun e outras. O Ministro
532 acrescentou que, por instrução do Presidente Lula, nas negociações da ALCA
533 e da União Européia, não seriam atendidos interesses de um setor específico,
534 mas do conjunto da sociedade brasileira, incluindo-se, com destaque, a
535 agricultura familiar, a reforma agrária e as questões relativas à segurança
536 alimentar. Em função disso, relatou o Ministro Celso Amorim recentemente
537 ouviu-se com maior atenção o Ministro Rossetto e uma delegação de
538 representantes desses setores; e ainda decidiu-se, na negociação com a União
539 Européia, que todos os produtos que sejam objeto de subsídio distorsivo
540 estariam fora de qualquer tipo de desgravação, muito menos chegar a zero, o
541 que já dá uma tranquilidade muito grande. Quanto aos investimentos, também
542 citados pela Conselheira Maria Emília, o Ministro Celso Amorim informou que
543 sempre se adotou a posição de que as terras que pudessem ser dedicadas à
544 reforma agrária estariam impossibilitadas de concessão na área de
545 investimento, reconhecendo, no entanto, que possivelmente haja outras
546 cautelas a tomar, o que seria possível pelo fato de a negociação não ter sido

concluída até aquele momento. Concluindo, o Ministro registrou sua satisfação em integrar a equipe do Presidente Lula, em função dessa possibilidade de ter interlocução com toda a sociedade, em especial com aqueles onde esse diálogo não era comum, o que permite que, nas relações externas, sejam efetivamente refletidos os interesses do povo brasileiro como um todo; e destacou ainda que, se há possibilidade de erros, por outro lado serão sempre bem vindas as palavras de crítica, alerta e diálogo. Em seguida, fez uso da palavra o Ministro Luiz Dulci, Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, que cumprimentou as autoridades, os conselheiros e os demais presentes e ressaltou a importância do engajamento da sociedade civil brasileira nas ações internacionais, buscando a democratização da ordem econômica, política e social internacional, com destaque a causa do combate à fome e a segurança alimentar. O Ministro-Chefe da Secretaria Geral destacou a participação, pela primeira vez, de representantes das centrais sindicais e das ONGs na delegação brasileira à Organização Mundial do Comércio, reunião de Cancun, e também na reunião já mencionada de Nova Iorque, em 20 de setembro, na qual fez uso da palavra a Associação Brasileira de ONGs, a ABONG, através do seu Presidente, Jorge Durão, representando as ONGs em escala internacional; houve também pronunciamento em nome do movimento sindical internacional e representações de instituições religiosas. O Ministro registrou ainda que, para o Governo Lula, a parceria com a sociedade civil, também naquelas causas de interesse comum em âmbito internacional, não é algo eventual, localizado, tópico, constitutiva das iniciativas, de forma que, em todas as viagens internacionais do Presidente Lula, além dos compromissos governamentais, há também encontros com as centrais sindicais, ONGs movimentos de defesa dos direitos das mulheres, movimentos de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, entre outros, procurando traduzir na sua ação internacional a mesma visão de parceria substantiva com a sociedade civil que o Governo Federal temos buscado materializar no país. O Ministro-Chefe parabenizou a iniciativa do CONSEA, na pessoa do Presidente Francisco Menezes, por considerar muito pertinente que o CONSEA se reúna para discutir essas iniciativas internacionais, acrescentando que o CONSEA pode e deve ser um ator internacional nesse processo, por se tratar de um conselho com participação governamental, mas composto eminentemente pela sociedade civil. Isso poderá facilitar, na opinião do Ministro Luiz Dulci, a própria mobilização da sociedade civil nos países com os quais o Governo brasileiro tem dialogado; exemplo desse tipo de iniciativa é do Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Ministro Jacques Wagner, que está estabelecendo, no âmbito da programação do Ano do Brasil na França, em 2005, uma parceria entre esse Conselho e o Conselho francês, criado no pós-guerra e com forte representatividade; assim, da mesma forma, o CONSEA pode ser um protagonista muito importante no Ano do Brasil na França, tendo em vista a rede de instituições da sociedade civil francesa interessadas em conhecer melhor a nossa experiência, de ação governamental, quanto dos mecanismos institucionais e democráticos que sustentam e alimentam esse trabalho, dentre os quais se destaca o CONSEA. O Ministro-Chefe registrou possivelmente poucos países do mundo têm conselhos com essa representatividade, dedicado a essa causa. Informou também que, por orientação do Presidente da República, a Secretaria Geral da Presidência criou uma assessoria especial dedicada ao diálogo com a

597 sociedade civil internacional; que se soma ao intenso e cotidiano diálogo que
598 todos os Ministérios do Presidente Lula mantêm com a sociedade civil
599 brasileira e também, tanto quanto possível, com a sociedade civil internacional;
600 essa assessoria tem prestado todas as informações às centrais sindicais, redes
601 de ONGs, instituições religiosas de ação social e comunidades científicas e
602 intelectuais no mundo inteiro, tendo como um dos temas o combate à fome. O
603 Ministro reiterou a importância do tratamento desse tema no CONSEA, o que
604 considerou um salto de qualidade, uma vez que o combate à fome e à pobreza
605 depende tanto dos governos quanto da sociedade civil, sendo que nem sempre
606 a energia transformadora brota do Estado, mas da sociedade civil, de forma
607 que, em muitos países, os governantes estão tomando iniciativas porque são
608 democraticamente instigados pela sociedade civil. O Ministro Luiz Dulci
609 informou também que a Assessoria Internacional da Secretaria Geral já estava
610 trabalhando com a presidência do CONSEA e colocando este órgão à
611 disposição do Conselho para compartilhar informações, como, por exemplo,
612 sobre as entidades sindicais e organizações não governamentais de países
613 latino-americanos, europeus, africanos e asiáticos que deliberaram pelo apoio
614 à Aliança Mundial contra a Fome e Pobreza. O Ministro-Chefe acrescentou
615 ainda que, tão importante o trabalho do Governo Brasileiro e a liderança
616 política e moral do Presidente Lula na defesa dessa causa, ou seja, tão
617 importante quanto a relação Estado - Estado, é a relação sociedade civil -
618 sociedade civil, âmbito no qual o CONSEA pode ter um papel muito importante,
619 inclusive pelo acúmulo conceitual e doutrinário nessa matéria existente no
620 Brasil, o que pode contribuir para enriquecer e superar visões assistencialistas
621 e paternalistas que persistem em países capitalistas centrais, substituindo-as
622 visões propriamente emancipatórias do combate à fome e miséria. Em seguida,
623 iniciou-se o pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da
624 Silva, Presidente da República, que cumprimentou os Ministros presentes,
625 autoridades, conselheiros e demais participantes, fazendo especial referência
626 às conselheiras que se pronunciaram anteriormente e ressaltando a
627 necessidade da presença de mulheres na Mesa diretora dos trabalhos. O
628 Senhor Presidente da República considerou a necessidade de se fazer um
629 balanço do que já foi realizado em vinte e dois meses de Governo e vinte e
630 um meses do CONSEA. O Presidente destacou como primeira questão
631 desafiadora para o Governo a soja transgênica, em função da colheita no Sul
632 do país logo no início de 2003, o que tornou necessária uma solução imediata
633 e, em seguida, o envio do projeto de lei sobre biossegurança, ainda em outubro
634 de 2003; o projeto, que definirá um grande número de políticas ambientais no
635 país, já havia passado pela Câmara e pelo Senado, retornando à primeira,
636 onde ainda aguardava a votação final, com expectativa de aprovação até o final
637 do ano, dependendo da pauta de votações na Câmara. O Presidente da
638 República destacou ainda a criação da Semana da Solidariedade, em agosto
639 de 2004, tendo como idéia básica fazer uma prestação de contas, pelo
640 Governo, quanto ao cumprimento das Metas do Milênio, mas também
641 conhecer as iniciativas da sociedade civil no sentido de ajudar no cumprimento
642 dessas Metas; além disso, acrescentou o Presidente, deve-se instituir um
643 prêmio para cada uma das políticas referentes às Meta do Milênio, sob
644 responsabilidade de cada Ministério, de forma a incentivar a atuação das
645 Prefeituras, a exemplo da premiação criada pela ONG Fome Zero, voltada a
646 valorizar as prefeituras que melhor cuidaram da merenda escolar, com

647 inscrição, neste primeiro ano, de 383 cidades, onze das quais premiadas. O
648 Presidente esclareceu que a idéia da Semana da Solidariedade surgiu a partir
649 da iniciativa de um empresário no Rio Grande do Sul que, há 7 anos, coloca
650 sua fábrica para produzir um roupas para serem doadas para a comunidade
651 escolhida pelos funcionários; a partir desse exemplo, espera-se mobilizar os
652 quase 6 mil municípios brasileiros a se interessar por isso, contando com a boa
653 pressão das organizações da sociedade para que os prefeitos se sintam
654 motivados. O Presidente informou ainda que a Portela adotou como enredo
655 para o Carnaval 2005 as Metas do Milênio, e que tem sido discutido com os
656 Ministros da área social a criação de um pacote de cidadania que, de forma
657 preferencial, atenda aos assentamentos e aos grupos indígenas e quilombolas,
658 levando todas as políticas do governo, da educação à eletricidade e ao Bolsa
659 Família, de forma a harmonizar as políticas que dizem respeito à dignidade
660 humana e levá-las aos setores mais excluídos da sociedade. A expectativa,
661 segundo o Presidente da República, é iniciar o ano seguinte com algumas
662 experiências bem sucedidas desse pacote. Com relação ao controle social das
663 políticas públicas, visando seu correto funcionamento, o Presidente relatou as
664 iniciativas para incorporar crianças, educadores, mães e os produtores rurais
665 nas nossas ações; citou também o Projeto Cozinha Brasil, uma parceria entre
666 o Ministério do Desenvolvimento Social e o Sesi para formar multiplicadores
667 que valorizem a culinária regional e ajudem a combater a desnutrição, co
668 orientações para o aproveitamento integral dos alimentos; citou ainda o
669 programa Criança Saudável, cuja meta é distribuir 54 milhões de cartilhas para
670 alunos do ensino fundamental e 700 mil manuais para os professores; e
671 também a atuação na Embrapa para difusão de tecnologias em programas
672 educativos destinados a agricultores familiares, com apoio do MDS. O
673 Presidente da República informou ainda que essa arquitetura educativa tem
674 como fonte de informação: o Sistema de vigilância Alimentar e Nutricional,
675 lançada em outubro, que visa monitorar o estado nutricional da população
676 brasileira, medindo os níveis de sub-alimentação, as taxas de obesidade, e as
677 doenças provocadas por dietas inadequadas, além de permitir o o
678 acompanhamento das crianças beneficiárias do Bolsa Família, tendo sido já
679 capacitados pelo Ministério da Saúde 1.898 municípios e 2.016 profissionais
680 das secretarias municipais de saúde; e a nova tabela de composição nutricional
681 dos alimentos brasileiros, recém-concluída pela UNICAMP, superando a
682 situação anterior em que as análises de dieta e subnutrição feita no Brasil
683 estavam baseadas em indicadores de alimentos similares de outros países, o
684 que indicava o descaso do Estado Brasileiro perante o desafio da segurança
685 alimentar. O Presidente considerou, assim, que o mais importante não seria
686 enfatizar um conjunto de ações, mas a convicção do Governo de que a fome só
687 será de fato erradicada com a mais ampla participação da sociedade civil, o
688 que requer, antes de mais nada, avanços nesse processo de participação, do
689 qual faz parte o ressurgimento d o CONSEA, com mais experiência, força e
690 motivação do que em sua primeira edição, em 1984. Ressaltou ainda a sua
691 confiança e esperança em relação ao trabalho do CONSEA, não de elogio ao
692 Governo, mas de cobrança crítica, um trabalho de fazer com que o Governo
693 acerte sempre ou acerte mais do que erre, de alerta sobre o caminho que não
694 deve ser seguido e de alerta para as boas estradas a seguir. O Presidente da
695 República considerou ser o CONSEA um exemplo vivo da importância e dos
696 resultados dessa atuação, citando como exemplos de iniciativas nascidas no

697 Conselho o Plano de Safra da Agricultura Familiar – PRONAF para a Safra
698 2004/2005, que nos seus primeiros três meses, portanto de julho a setembro,
699 já havia atendido 354.151 famílias de agricultores familiares com créditos de
700 1,213 bilhão de reais, o que representou um crescimento de 24,7% no número
701 de contratos e de 39% no valor aplicado, em comparação com o recorde obtido
702 no ano de 2003; e acrescenta ainda, como o avanço mais importante, a
703 criação do Seguro Agrícola para a agricultura familiar, voltado não só a cobrir a
704 totalidade do financiamento, mas também ao valor equivalente a 65% da
705 receita prevista para a colheita, o que representa uma garantia absoluta para o
706 pequeno produtor. O Presidente da República citou ainda o desempenho do
707 Programa de Aquisição de Alimentos, pelo qual a Companhia Nacional de
708 Abastecimento - Conab comprou, em 2004, a produção de milho, feijão e
709 farinha de mandioca de 35.508 famílias, com valor total de 74,6 milhões de
710 reais, além de convênios para aquisição no valor de 22 milhões de reais já
711 assinados pelo MDS. Como exemplo da eficácia desse Programa, o Presidente
712 relatou sua visita a Ji-Paraná, em Rondônia, quando o preço da saca de feijão
713 na colheita variava entre 25 e 28 reais, o que era muito baixo, e a Conab
714 entrou e começou a pagar 60 reais, o que fez subir o preço no mercado, até
715 que a Conab se retirasse, o que demonstrou o papel indutor do Governo para
716 recuperação dos preços para os agricultores. Outro exemplo da atuação do
717 CONSEA, citado pelo Governo, é a recuperação do valor *per capita* repassado
718 pelo Governo Federal para a merenda escolar, que era de 13 centavos de dólar
719 quando havia paridade entre essa moeda e o real, e ficou congelado desde
720 então, o que implicou em perda substancial do valor repassado; diante da
721 proposta do CONSEA, o Presidente relatou o compromisso assumido de
722 reajustar em 40% esse valor, subindo para 15 centavos de real ainda naquele
723 final de ano e para 18 centavos a partir do ano seguinte, de forma a
724 gradativamente recuperar o valor original do repasse para a merenda escolar.
725 O Presidente informou ter ficado emocionado com o valor conferido pelo
726 Presidente do CONSEA a essa medida, quando então percebeu a dimensão já
727 antevista pelo Conselho. Em seguida, o Presidente da República registrou sua
728 participação no Fórum Econômico Mundial, em Davos, no início de 2003,
729 quando resolveu falar da fome, o que era particularmente difícil por se tratar de
730 chefes de Estado distantes dessa realidade, , mas ainda assim foi possível, a
731 partir dali, dar dimensão mundial a um tema que até então parecia apenas de
732 países de Terceiro Mundo ou da América Latina. Relatou ainda a participação,
733 no mês de junho, de reunião com os 20 maiores países do mundo, em Evian,
734 quando percebeu que, se o Brasil não tivesse eleito um Presidente que tivesse
735 a sua origem, possivelmente o tema da fome nunca entraria naquele fórum,
736 pois os demais não poderiam falar a respeito desse tema, que não tem
737 adesões muito rápidas e precisa ser trabalhado. Continuando, o Presidente
738 relatou o passo seguinte, que foi inserir o tema na ONU, quando já se contava
739 com a adesão dos presidentes da França e do Chile e se obteve o apoio do
740 Presidente daquela Organização, o que resultou numa reunião de grande
741 magnitude sobre a fome. O Presidente registrou ainda que, para o avanço do
742 tema em âmbito internacional, a atuação da sociedade civil é muito importante,
743 incluindo-se as igrejas, o movimento sindical e a mobilização em torno do
744 Fórum Social Mundial, que definir um ou dois temas a serem trabalhados
745 durante o ano inteiro, por meio de cobranças aos governantes, partidos e
746 parlamentares; ou seja, trata-se de uma luta que não é do Governo Brasileiro,

747 mas da sociedade civil, e deve ser incluído em todos os eventos internacionais
748 e conferências, porque superar a fome requer mudanças na ordem econômica
749 internacional, requer ajudas mais substanciais aos países pobres pelos países
750 ricos, visando superar a herança de séculos de colonização, como no caso do
751 Haiti não tem solução, onde não haverá democracia sem uma política de
752 desenvolvimento do Haiti, o que requer o apoio dos países ricos. O Presidente
753 da República conclamou, assim, a dar centralidade à atuação política tendo a
754 fome como prioridade, convocando aqueles que ainda têm dúvida a aderir à
755 causa, como já aderiram vários chefes de estados e autoridades, lideranças
756 sindicais e religiosas, provocando uma efervescência na coletividade
757 internacional sobre esse tema e nos colocando a responsabilidade de não
758 permitir que a peteca caia e, para isso, de fazer corretamente a nossa parte,
759 em termos de políticas nacionais. Dando continuidade ao tema, o Presidente
760 da República abordou as reportagens recentes sobre desvios no Bolsa Família,
761 consignando achar importantes essas notícias, ainda que muito críticas, pois
762 requerem consciência e certeza quanto a se estar fazendo o melhor, ao mesmo
763 tempo em que se mantém a sensibilidade para descobrir erros, e corrigir a
764 trajetória. Considerou ainda que é possível ocorrer uma certa proporção de
765 desvios, o que ocorre mesmo em estabelecimentos comerciais, o que requer
766 continuar acreditando na boa-fé das pessoas, porém corrigindo e punindo
767 aqueles que cometerem erros. O Presidente considerou também que, dada a
768 magnitude do Programa Bolsa Família, os prefeitos sozinhos não são capazes
769 de gerenciá-los, de forma que o Governo não pode prescindir do controle social
770 das políticas públicas; os conselheiros aplaudiram a colocação do Presidente
771 da República, que prosseguiu consignando que deve-se continuar acreditando
772 que cada vez existirão prefeitos comprometidos com determinados princípios
773 éticos, mas que a fiscalização da sociedade continuará necessária até que não
774 ocorram mais desvios. O Presidente da República informou ainda que a meta
775 do Bolsa Família, de chegar a seis milhões e quinhentas mil famílias até o final
776 de 2004; a oito milhões e setecentas mil famílias em 2005; e atingir os onze
777 milhões em 2006, esperando-se que o crescimento econômico diminua esse
778 contingente; relatou ainda os indicadores de redução da pobreza a partir da
779 implantação do programa Bolsa Família. O Presidente colocou, então, a
780 necessidade de definir, na nova regulamentação do Programa, ao forma de
781 controle social, o papel do conselho local, garantindo a prioridade para os mais
782 pobres e efetivando as exigências de frequência escolar e acompanhamento
783 de saúde, que, ao fim, são também benefícios, ainda que sem valor monetário,
784 mas em termos de melhoria das condições de vida, o que é o objetivo do
785 Governo. nosso Presidente da República conclamou os conselheiros a ajudar
786 a acertar cada vez mais, de forma a se chegar, ao fim do mandato, à maior
787 política social de combate à pobreza da história desse país, séria, sólida, em
788 que os cidadãos têm acesso ao benefício independente de influências
789 políticas. O Presidente da República concluiu seu pronunciamento destacando
790 a satisfação pelos seis milhões e meio de beneficiários do Bolsa Família no
791 final de ano; ressaltando que o Fome Zero e o Bolsa Família como as ações
792 mais sérias que um governante pode realizar, por atender aos que não tem
793 nada, e colocando-se ao lado do Ministro Patrus Ananias para enfrentar as
794 dificuldades, destacando o orgulho pela implementação do Bolsa Família; e
795 parabenizando o Presidente do CONSEA por uma reunião tão ampla e com
796 uma participação tão ativa das mulheres, ao que foi muito aplaudido pelos

797 presentes. Em seguida, o Senhor Francisco Menezes, Presidente do Consea,
798 retomou os trabalhos consignando proposta de encaminhamento do
799 pronunciamento proposta da Câmara Temática I – Produção e Abastecimento,
800 apresentado pela Conselheira Maria Emília Pacheco, ao Ministro Celso
801 Amorim, o que foi aprovado pelo CONSEA. Em seguida, o Presidente
802 Francisco Menezes informou aos conselheiros que, em relação aos informes
803 das Câmaras temáticas, Grupos de Trabalho e Comissões Permanentes, bem
804 os encontros regionais a serem realizados, a Presidência do CONSEA os
805 encaminhará via correio. O Conselheiro Altemir Tortelli ofereceu sugestão no
806 sentido de que, em 2005, as Câmaras Técnicas possam atuar junto com a
807 Presidência do CONSEA em assuntos emergenciais. O Conselheiro Carlos
808 Eduardo consignou registro da necessidade de um encaminhamento mais
809 detalhado ao Ministro Patrus Ananias acerca das conclusões alcançadas em
810 debate do programa Bolsa Família, realizado recentemente nas Comissões
811 Permanentes. O conselheiro Walter Belik apresentou proposta de moção sobre
812 o controle social, considerando ser o Programa Bolsa Família um instrumento
813 fundamental para combater a situação de risco, em termos alimentares e
814 nutricionais, das famílias de baixa renda; considerando o lugar de destaque do
815 Bolsa Família entre os programas que compõem o Fome Zero, não podendo
816 ser substituído por outras ações de governo, como aquelas desenvolvidas na
817 área de saúde, educação e previdência; considerando a responsabilidade do
818 Estado, nos seus três níveis de governo, de prover os meios para que todos os
819 brasileiros possam ter acesso ao alimento, bem como à saúde e à educação; e,
820 ao fim, reiterando a necessidade do governo federal, por meio Ministério de
821 Desenvolvimento Social e Combate a Fome, reforçar a participação popular no
822 controle social do programa através dos Comitês Municipais, representados por
823 maioria proveniente da sociedade civil, com poderes para controlar os
824 cadastros das famílias beneficiárias e instituir junto às prefeituras mecanismos
825 para atender as demandas suplementares de serviços públicos como escolas,
826 reforma agrária e postos de saúde, em especial para as populações de
827 acampados e assentados, povos indígenas, quilombolas e povos de rua.; e
828 concluindo que somente a expansão equilibrada do Bolsa Família, juntamente
829 com o desenvolvimento econômico, poderão apontar as portas de saída para a
830 situação de insegurança alimentar nutricional sob a qual vivem milhões de
831 brasileiros. O presidente Francisco Menezes colocou o assunto em discussão,
832 não encontrando consenso no CONSEA para o encaminhamento da moção
833 nos seus termos originais. Apresentou-se proposta substitutiva de
834 encaminhamento do assunto no sentido de reelaboração da moção, atendo-se
835 a três pontos básicos: 1. O Bolsa família como programa fundamental, a ser
836 reforçado pelo Governo Federal, por vir em conjunto com outros programas do
837 Fome Zero, sem substituí-los; 2. A necessidade da participação popular no
838 controle de recursos transferidos às famílias; 3. O CONSEA como foro
839 privilegiado para realização do debate sobre o Bolsa Família. Em tempo, ficou
840 a cargo do Conselheiro Walter Belik a elaboração de versão final da moção. O
841 Presidente do CONSEA solicitou que as Comissões Permanentes de
842 Mobilização Social e Articulação com os Estados se reunissem nos primeiros
843 dez dias de novembro para tratar da manifestação sobre a questão do controle
844 social, definindo que os membros seriam informados assim que se definisse a
845 data. Foi apresentada a proposta de realização da VI Reunião do CONSEA
846 para 13 e 14 de dezembro de 2004 e reunião das Câmaras Temáticas, Grupos

847 de Trabalho e Comissões Permanentes na última segunda-feira do mês de
848 novembro. O Conselheiro Renato Maluf informou que a Câmara temática I já
849 havia agendado reunião para a referida data, tendo como ponto de pauta o
850 Programa de Aquisição de Alimentos e discussão sobre o Abastecimento. O
851 Senhor Francisco Menezes sugeriu ao plenário a inclusão do tema da água
852 como assunto central para a pauta da próxima reunião do CONSEA. O
853 Conselheiro Naidison, coordenador da Comissão Permanente do Semi-Árido,
854 reiterou a sugestão do Senhor Presidente referente ao tema da água e
855 apresentou proposta de discussão, nessa ocasião, do tema da Transposição
856 do Rio São Francisco sob a ótica da segurança alimentar. O Conselheiro André
857 Spitz apresentou proposta de data da realização da reunião conjunta das
858 Comissões Permanentes para o dia 16 de novembro próximo. O Presidente do
859 CONSEA reiterou ao Plenário que os assuntos que eventualmente ficaram
860 pendentes serão repassados em informes via correio eletrônico a todos os
861 conselheiros. **Encerramento:** Esgotada a pauta, o Senhor Francisco Menezes
862 agradeceu a todos e todas a participação e encerrou os trabalhos da V
863 Reunião Ordinária às 18h13. A Reunião foi gravada em áudio e estenotipada,
864 sendo que a transcrição integral (ANAIS) dos pronunciamentos consta como
865 parte integrante desta ata, no Anexo I. Lavrou-se a presente Ata que, depois de
866 lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Sr. Francisco
867 Menezes, e pelo Secretário, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e
868 Combate à Fome, Patrus Ananias, e rubricada pelos demais Conselheiros,
869 para que se produza o seu efeito legal.

870
871 Brasília, 26 de outubro de 2004.

872
873
874
875 **Francisco Menezes**
876 Presidente

877
878
879 **Ministro Patrus Ananias**
880 Secretário-Executivo